



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 13859.000148/2006-07  
**Recurso nº** 173.183  
**Resolução nº** 2201-00.044 – 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária  
**Data** 20 de outubro de 2010  
**Assunto** Solicitação de Diligência  
**Recorrente** ULYSSES RENATO PEREIRA RODRIGUES  
**Recorrida** DRJ-BRASÍLIA/DF

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade, em converter o julgamento em diligência, nos termos do relatório e voto do relator.

Assinatura digital  
 Francisco Assis de Oliveira Júnior – Presidente

Assinatura digital  
 Pedro Paulo Pereira Barbosa - Relator

EDITADO EM: 22/10/2010

Participaram da sessão: Francisco Assis Oliveira Júnior (Presidente), Pedro Paulo Pereira Barbosa (Relator), Gustavo Lian Haddad, Eduardo Tadeu Farah, Janaína Mesquita Lourenço de Souza e Rayana Alves de Oliveira França

### Relatório

ULYSSES RENATO PEREIRA RODRIGUES interpôs recurso voluntário contra acórdão da DRJ-BRASÍLIA/DF (fls. 45) que julgou procedente lançamento, formalizado por meio da notificação de lançamento de fls. 31/35, para exigência de Imposto sobre Renda de Pessoa Física – IRPF - suplementar, referente ao exercício de 2005, no valor de R\$ 9.637,71, acrescido de multa de ofício e de juros de mora, perfazendo um crédito tributário total lançado de R\$ 19.183,85.

As infrações apuradas estão assim descritas no instrumento de autuação:

*1) Dedução Indevida de Dependente - Conforme disposto no art. 73 do Decreto nº. 3.000/99 — RIR/99, todas as deduções pleiteadas na*

Assinado digitalmente em 25/10/2010 por PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA, 15/12/2010 por FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JU

Autenticado digitalmente em 25/10/2010 por PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

Emitido em 24/02/2011 pelo Ministério da Fazenda

*Declaração de Ajuste Anual estão sujeitas à comprovação ou justificação. Regularmente intimado, o contribuinte não atendeu a intimação até a presente data. Em decorrência do não atendimento da referida Intimação, foi glosado o valor de R\$ 2.544,00 deduzido indevidamente a título de Dependentes, por falta de comprovação.*

*2) Dedução Indevida de Despesas Médicas - Conforme disposto no art. 73 do Decreto n.º 3.000/99 — RIR/99, todas as deduções pleiteadas na Declaração de Ajuste Anual estão sujeitas à comprovação ou justificação. Regularmente intimado, o contribuinte não atendeu a Intimação até a presente data. Em decorrência do não atendimento da referida Intimação, foi glosado o valor de R\$ 32.883,95 deduzido indevidamente a título de Despesas Médicas, por falta de comprovação.*

O Contribuinte impugnou o lançamento. Negou a afirmação de que não atendeu à intimação para prestar esclarecimentos. Disse que em 10/08/2006 entregou à fiscal os documentos comprobatórios de suas despesas médicas, bem como certidão de casamento e RG de seu filho; que os documentos foram enviados pelo Correio, por AR, conforme comprovante que anexa. Junta novamente os documentos.

A DRJ-BRASÍLIA/DF julgou procedente em parte o lançamento para restabelecer a dedução com dependentes. Não acolheu a pretensão do Contribuinte quanto à dedução das despesas médicas com base nas razões expostas no trecho a seguir reproduzido do voto condutor do acórdão recorrido:

*Da análise dos documentos acostados ao processo, verificou-se que dentre os recibos apresentados um deles traz como beneficiária de consulta médica Ana Carolina Rodrigues (fls. 13), filha do contribuinte de acordo com a discriminação dos serviços. No entanto, Ana Carolina Rodrigues não está listada no rol de dependentes legais do contribuinte, o que exclui o direito do impugnante de utilizar essa despesa médica como dedução da base de cálculo do seu imposto de renda.*

*Em que pese constar o nome de Ana Carolina Rodrigues como usuária da consulta médica em um dos recibos, não há a informação do beneficiário de nenhum dos outros serviços médicos constantes nos demais recibos (fls. 08 a 10 e 14 a 17) bem como dos demonstrativos dos dois planos de saúde apresentados, Unimed e Lincx (fls. 11 e 12), que informam apenas o beneficiário titular. Somente com relação ao segundo plano de saúde (Lincx) as despesas relativas ao ano calendário 2004 perfazem um total de R\$ 22.553,15, levando a crer que se trate de um plano familiar, em que estão incluídas outras pessoas, além do próprio contribuinte. Isto sem mencionar o fato de que há outro plano de saúde, o da Unimed, cujos pagamentos no ano de 2004 somam R\$ 4.330,80.*

*Considerando que o impugnante tentou obter a dedução referente à despesa médica relativa a não dependente, que os demais recibos e demonstrativos não fornecem dados sobre o beneficiário dos serviços prestados, e considerando ainda ser imprescindível que os pagamentos efetuados pelo contribuinte sejam relativos ao próprio tratamento ou de seus dependentes, não há como inferir que os recibos médicos*

*acostados ao presente processo se refiram somente a ele próprio e seus dependentes legais. Seria necessário que os recibos, bem como os demonstrativos dos planos de saúde especificassem nominalmente cada um dos beneficiários dos serviços, para que não restasse dúvida quanto à correta aplicação dos dispositivos legais vigentes.*

O Contribuinte tomou ciência da decisão de primeira instância em 22/09/2008 (fls. 72) e, em 16/10/2008, interpôs o recurso voluntário de fls. 55/77, que ora se examina, e no qual aduz, em síntese, que nas despesas médicas estão incluídos pagamentos feitos aos planos de saúde *Unimed* e *Lincx* (R\$ 4.330,80 e R\$ 22.553,15, respectivamente); que o fato de sua filha *Ana Carolina Tamaki Rodrigues* não constar no rol dos seus dependentes somente poderia ensejar a glosa das despesas médicas realizadas com ela, especificamente. Que além do recibo referente à despesa com sua filha Ana Carolina (inserido por engano), nenhum dos demais documentos podem ser desconsiderados ou glosados, pois se referem a pagamentos feitos a planos de saúde, que beneficiam o recorrente e seus dependentes.

É o relatório.

### Voto

Como se vê, os documentos comprobatórios das despesas médicas, em especial, os referentes aos planos de saúde *Unimex* e *Lincx* não especificam os beneficiários dos planos. Considerando os valores referentes aos pagamentos é lícito presumir que os planos de saúde se dirigem a diversos beneficiários. É imprensindível, portanto, para que se apure a dedutibilidade da despesa que sejam especificados os beneficiários dos planos, mormente neste caso em que se verifica a circunstância especial de que o Contribuinte deduziu despesas com uma filha que não figura como sua dependente.

Assim, entendo deva ser convertido o presente julgamento em diligência para as seguintes providências:

- intimar o Contribuinte para apresentar documentos que especifiquem os beneficiários do referidos planos, discriminando os valores referentes a cada um.

- demais providências que a autoridade administrativa entender pertinentes para esclarecer os fatos em litígio.

Concluídos os procedimentos, deve ser lavrado relatório circunstaciado, dele dando-se ciência ao Contribuinte para, querendo, manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias.

É como voto.

Pedro Paulo Pereira Barbosa